



DESERÇÕES NA RENAMO SÃO INVENÇÃO DO GOVERNO DA FRELIMO



Decorreu nas instalações da Sede Nacional da RENAMO em Maputo uma conferência de imprensa convocada pelo porta-voz deste partido António Muchanga que na ocasião afirmou ser objectivo esclarecer ao povo moçambicano da existência de um movimento estranho protagonizado pelo governo com o intuito de dar a entender que elementos da RENAMO estão a abandonar as suas fileiras para se entregar ao governo o que segundo Muchanga, não corresponde a verdade, pois aqueles elementos nunca foram militares da RENAMO.

Muchanga esclareceu que o jovem

Mário Omar Mangoma por exemplo apresentou-se como Major da RENAMO, mas ele próprio sabe que não é verdade que seja militar da RENAMO. Ele é natural da povoação Tabuane localidade de Nicadine, distrito de Pebane, Província da Zambézia. Foi professor Primário e foi expulso por mau comportamento. O porta-voz da RENAMO reconhece que este jovem foi membro do partido nos anos 1999, tendo em seguida abandonado a RENAMO e se filiado ao MDM, do qual viria a sair, tendo sido mais tarde preso no Município de Mocuba, acusado de assalto a mão armada.

Muchanga afirmou a imprensa que

Mário Omar esteve na Cadeia Civil de Quelimane onde cumpriu parte da sua pena, tendo regressado a Mocuba depois da sua soltura, onde dedicava-se a venda de peixe no Mercado Municipal local. António Muchanga acusa o visado de mentiroso e charlatão pelo facto de este não ser militar nenhum, mas alguém que quer se beneficiar do dinheiro dos moçambicanos que é distribuído de qualquer maneira pelo governo da Frelimo.

“Queremos também esclarecer ao povo moçambicano que a RENAMO já enviou o expediente no mês de Outubro para o governo a propor o Presidente Zuma da África do Sul e a Igreja Católica Romana para mediar as conversações, estamos a espera da resposta formal do governo.” Afirmou António Muchanga, tendo dito que no tocante aos outros mediadores, já deram o seu contributo que resultou naquilo que todos vimos. Continuando, disse: “Tivemos oportunidade de os agradecer há mais de um mês.”

Referindo-se aos comentários dos antigos Presidentes de Moçambique, Joaquim Chissano e Armando Guebuza, António Muchanga comentou que são declarações políticas contraditórias, pois enquanto o Chissano acha que podemos mudar as leis e conformá-las com a vontade popular, Guebuza acha que é impossível satisfazer a vontade popular. Tendo sido assim no entender do porta-voz da RENAMO como a Frelimo se comportou desde o longínquo ano de 1977 até 1989, **continua na pág 3**

FELIZ NATAL À TODOS MOÇAMBICANOS!

O mundo comemora nesta sexta-feira, 25 de Dezembro, a festa do Natal e da Família que para os cristãos simboliza o nascimento de Jesus Cristo e o começo de uma nova era; a da Salvação.

Apesar de reconhecermos múltiplos problemas e as incertezas que o país atravessa neste momento, causados principalmente pela arrogância, incompetência, incompreensões e desprezo, a RENAMO aproveita a ocasião para desejar à todos os moçambicanos dentro e fora do país, independentemente da sua condição, um Natal de paz e esperança.

Porque é Natal, a mensagem que queremos transmitir é de esperança e novos desafios que nos possam salvar de todo o mal que hoje atravessamos mercê de uma ditadura camuflada em democracia.

Estamos cientes dos sacrifícios e perseguições de que temos sido vítimas, devido a nossa persistente paciência e compreensão. Entendemos que o país não pode continuar a viver debaixo de tensões, sobretudo político-militares, económica e social propositados por gente que não pretende largar o poder.

Termina o ano e permanece a responsabilidade do partido RENAMO para com o povo e um Estado de Direito que sempre foram as razões da nossa luta.

A RENAMO continuará irredutível e pronta para os sacrifícios que conduzam a reposição da verdade democrática. Se em mais de trinta anos de existência e luta nunca vacilou, nem se deixou vencer e convencer, não será agora que apesar de tudo, muita coisa foi conquistada que a RENAMO deixará de manter a sua animação.

Apelamos para uma reflexão profunda a todos os compatriotas, na expectativa de

que só unidos podemos afastar aquilo e aqueles que sempre nos negaram a nossa moçambicanidade e o direito a vida.

Ao povo que sempre foi o suporte da nossa existência, aos partidos políticos que se identificam com a nossa causa e a causa do povo, às igrejas que congregam homens e mulheres de boa vontade, aos artistas, deportistas, às associações, aos activistas de direitos humanos, à comunicação social e demais parceiros, vai o nosso apreço pelo acompanhamento ao longo deste ano que termina e renovamos o compromisso de que o sacrifício e sangue dos que se entregaram à esta causa e foram vítimas da barbaridade frelimista serão valorizados.

Queremos terminar este ano fazendo lembrar aos que governam Moçambique com braço de ferro que a marca da vossa governação indelével é inconfundível, e pelos vistos parecem muito orgulhosos de serem detentores de nomes como incompetência, arrogância, assassinos e corrupção.

Esses famosos nomes que ficaram bem marcados este ano que termina. Esses adjectivos que continuam a abalar a vida social e política do nosso povo e da nossa economia.

Lembrem que todas as acções da má governação da Frelimo só levam o nosso país para uma recessão cada vez mais profunda.

Esses sucessivos escândalos no nosso país protagonizados pela Frelimo, arrogante e sem vergonha, só agravam a podridão. E ninguém deve pensar que tudo terminou. Aliás as coisas só começaram e quanto mais demonstram orgulho e prepotência, mais se expõem a vergonha, ao vitupério.

Ai desses condutores cegos! Aonde vai Moçambique com eles?

Ficha técnica

Director: Jeronimo Malagueta;

Editor: Gilberto Chirindza;

Redacção: Natercia Lopez;

Colaboradores: Chefes regionais de

informação;

Maquetização: Sede Nacional da Renamo

Av. Ahmed Sekou Touré nº 657;

Email: boletimaperdiz@gmail.co.mz

Cells: 829659598, 844034113;

www.renamo.org.

Nº de Registo

07/GABINFO-DEC/2015



momento em que começou a perceber que o vento não pode ser parado pelas mãos. “Acredito que chegará o momento em que vão perceber que o Presidente Dhlakama tem razão.” Afiançou antónio Muchanga, que terminou dizendo: “O outro pesadelo que estes dois

dirigentes têm é o facto de terem sido os primeiros violadores do Acordo Geral de Paz ao recusarem integrar os elementos da segurança da RENAMO na PRM e terem mandado à reforma compulsiva os comandantes da RENAMO que estavam no exército ao abrigo do AGP pelo que o povo não

deve se deixar enganar por estes dirigentes porque eles têm culpa, sobretudo no que está acontecer no país neste momento.” Para em seguida felicitar em nome do partido RENAMO e do Presidente Dhlakama o Povo Moçambicano por ocasião do Natal e do Fim do Ano.

BANCADA DA RENAMO REPREENDE A IRRESPONSABILIDADE DO PARLAMENTO PERANTE O MAU FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.



Numa intervenção apresentada pelo deputado António Muchanga, os deputados da RENAMO apelaram a que a casa do Povo dedicasse mais atenção aos Direitos Humanos, para que a comissão nacional criada para esse efeito se torne mais efectiva. Transcrevemos na íntegra a intervenção inspirada pelos desmandos do Presidente da Comissão cessante:

Senhora Presidente, a casa do povo reúne-se hoje para, de entre vários

assuntos, apreciar e deliberar sobre os três nomes que deverão integrar a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, em representação desta casa.

A Comissão Nacional dos Direitos Humanos foi criada pela lei 33/2009 de 22 de Dezembro, mas só em 2012 viria a ser efectivada, com a tomada de posse dos seus membros perante o Chefe de Estado, e em 2013 iniciou efectivamente as suas actividades.

--O lapso de tempo que correu des-

de a aprovação da lei que cria a Comissão e a tomada de posse dos seus membros, prenunciava um descompasso entre a vontade real e a vontade aparente de ter em Moçambique uma instituição nacional de promoção, protecção e defesa dos Direitos Humanos. Desde a aprovação da lei, a tomada de posse dos seus membros perante o Chefe de Estado e a sua efectiva entrada em funcionamento até hoje, esta **continua na pág 4**

comissão enfrentou e enfrentará várias dificuldades. E, como um filho abandonado pelos próprios pais, foi procurando soluções, muitas vezes infantis próprias da sua idade. A Assembleia da República, depois de ter criado esta Comissão, muito pouco fez em termos de propiciar que ela cumprisse o mandato para o qual foi criada. Desde a criação desta comissão ou melhor, desde a entrada em funcionamento desta comissão, a Assembleia da República nunca procurou se inteirar sobre o que acontecia com esta Comissão. Mesmo quando ela fazia as páginas dos jornais, quase sempre pelos piores motivos, a Assembleia da República manteve uma indiferença total.

O artigo 20 da lei 33/2009 de 22 de Dezembro, estabelece no seu número 1 que, e passo a ler:

“A Comissão Nacional dos Direitos Humanos submete, anualmente, ao Presidente da República e à Assembleia da República uma informação sobre as suas actividades, reportando o número de queixas recebidas, as diligências efectuadas, os resultados obtidos, o grau de colaboração dos órgãos dos poderes públicos e seus titulares e outros elementos que se mostrarem úteis para o conhecimento público sobre o exercício das suas funções”.

E o número 2 do mesmo artigo refere que, e passo a ler: “Sempre que se verifique grave violação dos direitos humanos, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos submete uma informação pontual às entidades indicadas no número anterior, mencionando as circunstâncias do caso e as medidas tomadas ou recomendações para a reposição dos direitos violados”.

Esta casa não recebeu nenhum informe da Comissão Nacional dos Direitos Humanos referente ao ano de 2013, 2014 e não sei se receberemos a informação referente a 2015, mas abundaram casos de violação dos direitos humanos no país e a comunicação social nos apresentou com muitos desses casos nos seus principais noticiários.

É preocupante que desde a sua en-

trada em funcionamento esta Comissão não tenha submetido a esta casa se quer um único informe, e ao que me é dado a saber, nunca a Assembleia da República notificou aquela comissão para se conformar com a lei.

Senhora Presidente da Assembleia da República, é meu entendimento que quando esta casa aprova uma lei que cria uma instituição é também sua responsabilidade fazer o acompanhamento de como é que essa instituição está a funcionar e, sendo necessário, recordá-la das suas obrigações.

A Comissão Nacional dos Direitos Humanos é uma instituição muito importante para a consolidação do nosso Estado de Direito Democrático, e por isso mesmo, o povo aqui representado deve tudo fazer para que ela cumpra com a sua missão. Não deve nos orgulhar o simples facto de indicarmos três personalidades e lavarmos as nossas mãos; temos que fazer o acompanhamento do seu funcionamento e chamarmos à sua atenção sempre que se observar incumprimento das suas obrigações.

Tenho a certeza que esta magna casa acompanhou os momentos mais críticos desta comissão, quando pelo menos 6 dos 11, (na verdade dos 10 membros, uma vez que um membro já havia perdido a vida), subscreveram uma carta a exigir que o presidente da comissão deixasse o cargo por estar a gerir a organização de forma danosa. Alguns dos membros que subscreveram essa carta foram designados por esta casa, mas em nenhum momento esta casa se dispôs a ouvi-los para deles saber dos problemas de que padecia a comissão.

Das questões levantadas incluía-se a má gestão, prática de nepotismo na contratação do pessoal, indícios de corrupção, usurpação de funções legais do Secretário Administrativo, passando a fazer uma gestão directa dos fundos, numa clara violação do artigo 18 da lei 33/2009 de 22 de Dezembro, que estabelece no seu número 2 que “o Secretário Administrativo é o responsável pela gestão e administração dos recursos da Comissão Nacional dos Direitos Humanos”.

Confirmou-se que no âmbito dessa usurpação de funções o Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos procedeu à abertura de contas bancárias, aquisição de bens móveis e equipamentos, sem observar as regras sobre a aquisição de bens e serviços em nome do Estado, conforme orienta o Decreto 15/2010, de 24 de Maio.

Indicam os subscritores da carta que de entre os bens que o Presidente daquela comissão adquiriu sem observância das regras, consta uma viatura, computadores, máquinas fotocopadoras, de entre outros. E porque a viatura mencionada era de uso privativo do Presidente e não ostentava a matrícula vermelha em uso para as viaturas do Estado, levantava-se a dúvida se a viatura estaria ou não registada no património do Estado. Esta viatura teria sido adquirida com recurso ao fundo de um projecto financiado pela Embaixada da Suécia para capacitação da comissão.

Revelaram ainda na sua carta que desde o ano de 2012, ano em que a comissão tomou posse, o Governo alocou um orçamento de 13 milhões de meticais para o funcionamento da comissão por cada ano fiscal, mas que este orçamento nunca havia sido executado, quer em 2012, 2013 e 2014, por incompetência do seu Presidente. Senhora Presidente da Assembleia da República, trago estes episódios não para colocar o Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos em julgamento nesta casa, mas para mostrar quão a Assembleia da República tem estado distante de uma instituição criada por uma lei emanada por esta casa. É nossa responsabilidade fazer o acompanhamento e, porquê não, aconselhar, sempre que se mostrar necessário, sobre os caminhos a seguir nas questões que são de lei. Muito recentemente o presidente da Comissão nacional dos Direitos Humanos foi tema de capa de jornal, mais uma vez não pelos melhores motivos – é acusado de corrupção pela Embaixada da Dinamarca e contra ele corre um processo-crime na Procuradoria-Geral da República, e segundo o jornal o acusado reconhece a culpa. **continua na pág 5**

De acordo com o jornal o Pre-sidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, quando era oficial de programa na Embaixada da Dinamarca, drenou dinheiro através de duas organizações. Uma das organizações, o Centro de Direitos Humanos e Estudos Sociais, presidida por Sandra Naite, que o jornal revela ser seu familiar, transferiu-se de Maputo para um endereço desconhecido em Quelimane.

A outra organização usada para drenar os dinheiros da Embaixada da Dinamarca é o Centro de Apoio à Justiça, de que também não se conhece o seu paradeiro. Há outras conexões em Quelimane que neste momento não me interessa discutir.

Senhora Presidente, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos está gravemente doente, está praticamente inoperacional, não consegue se reunir por falta de quórum porque como me referi anteriormente, a maioria dos membros não reconhecem a liderança do actual presidente e enquanto ele continuar nessa posição, estes não se dispõem a colaborar. Esta comissão não reúne nem as condições para adoptar um rela-

O presidente desta Comissão induziu à Embaixada da Dinamarca a alocar fundos a organizações por si criadas, em colaboração com amigos, familiares e colegas antigos colegas advogados da Liga dos Direitos Humanos. Quer dizer, no lugar de fortalecer a Liga dos Direitos Humanos, inventou outras organizações para fazer concorrência à Liga dos Direitos Humanos e por via delas drenar fundos para benefício pessoal. O que este Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos fez foi uma burla a todos que o conheceram como defensor dos Direitos Humanos, confiaram-no a responsabilidade de gerir fundos para fortalecer as organizações de defesa dos Direitos Humanos e, servindo-se dessa confiança, criou uma associação para delinquir, estorquir dinheiro da comunidade internacional, o mesmo que continuou a fazer na Comissão Nacional dos Direitos Humanos.

tório. Excelências, ao designarmos as personalidades, que em breve serão apresentadas a esta casa, para integrar a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, devemos fazê-lo com responsabilidade e compromi-

so de que é o povo que lhes incumbe a missão de, junto dos seus pares, promover e proteger os direitos humanos. Para tal, Senhoras e Senhores Deputados, não será suficiente apresentarmos os nomes destas personalidades e lavarmos as nossas mãos; temos responsabilidades sobre as instituições que criamos.

Quero, para terminar a minha intervenção, apoiar a resolução que aprova os nomes das personalidades que irão integrar a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, e convidar a todos para aprovarmos por unanimidade esta resolução ao mesmo tempo que fazemos isso, devemos assumir o compromisso de não deixar que esta Comissão continue a conhecer momentos turbulentos que inviabilizam a realização do seu mandato principal – promover e proteger os Direitos Humanos. A defesa dos Direitos Humanos exige, de todos que se propõem a esta causa, integridade, transparência e honestidade. Seria hipocrisia, um corrupto, um delinquente, um desonesto, jurar combater a corrupção, a delinquência, a desonestidade.

Pela atenção que me foi dispensada, o meu muito obrigado!

MEDIADORES EXIGEM PROVAS DA SUA CONIVÊNCIA COM O ESCÂNDALO DE 9 DE OUTUBRO

Em conferência de imprensa realizada na última 3ª feira dia 23 de Dezembro, os mediadores do conflito que opõe a RENAMO com o Governo da Frelimo, esclareceram após as saudações e agradecimentos de costume, o seguinte:

A equipa de mediadores e observadores nacionais no diálogo político entre a RENAMO e o governo convidados pelas duas partes no início de 2014 para apoiar e ultrapassar os diferendos políticos, como é do conhecimento e domínio público, tomaram esta oportunidade para esclarecer alguns aspectos resultantes dos acon-

tecimentos. Passa pouco mais de dois meses que fomos convidados pelas partes, a pedido da RENAMO para testemunhar a saída do seu líder das matas. Entretanto podemos recapitular alguns aspectos:

1. No dia 2 de Outubro um grupo de membros da RENAMO contactou-nos para testemunharmos a saída do seu líder, repito, testemunhar a saída do seu líder das matas. Esse grupo composto por deputada Ivone Soares, Eduardo Namburete, António Muchanga, José Manteigas e o senhor Augusto Mateus.

2. No dia 7 de Outubro, nos des-

locamos a cidade da Beira com a excepção do padre Filipe Couto, que por razões de saúde não foi, tendo chegado e reunido imediatamente com o Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique, na presença da equipa da RENAMO, acrescido por deputado Manuel Bissopo e o Coronel Manuel José. O objectivo era de organizar todo o processo da retirada do seu líder Afonso Dhlakama do distrito da Gorongosa.

3. No dia 8 de Outubro, logo as primeiras horas, partimos em direcção a Gorongosa para efectivar a operação da

continua na pág 6



continuação da pág 5

retirada do Presidente da RENAMO, o que aconteceu por volta das 15 horas e 10 minutos e tendo regressado a cidade da Beira pouco mais depois das 22 horas.

4. Assim que chegamos a residência do presidente da RENAMO na cidade da Beira, demos por missão cumprida de modo a regressamos para Maputo nas primeiras horas do dia seguinte. No entanto, o Presidente da RENAMO solicitou-nos que nos encontrássemos no dia seguinte por volta das 11 horas depois da sua conferência de imprensa que estava prevista logo para as primeiras horas, para levarmos uma mensagem para o Presidente da República.

5. No dia 9 de Outubro por volta das 7 horas recebemos chamadas telefónicas dos membros da RENAMO e em seguida fizeram-se presente no hotel onde estávamos alojados a solicitarem apoio por tanto que a residência do seu Presidente estava cercada pela Unidade da Intervenção Rápida. Nós todos fomos colhidos de surpresa.

6. Deslocamos ao local pouco depois e iniciamos com todo processo negocial, cerca das 8 horas ou pouco depois disso até perto das 17 horas. Cada um dos mediadores presentes

tinha tarefas específicas para cada momento de todo o processo negocial.

Gostaríamos de destacar alguns factos que lá indicamos:

1. Gostaríamos de contrariamente ao que se propala, afirmarmos e reiterarmos que a nossa chamada para essa missão foi para testemunhar, repito, testemunhar a retirada do presidente da RENAMO das matas, cabendo às partes, estou a falar da RENAMO e do governo, toda coordenação e operacionalização.

2. As alegações de convivência e maus tratos que nos são atribuídos não representam verdade, muito menos os valores e responsabilidades que aceitamos durante todo este processo.

3. O nosso envolvimento directo no dia 9 de Outubro foi a resposta do nosso sentido de responsabilidade, apesar de estarmos consciente de todos os riscos que corríamos.

4. Depois desses acontecimentos, tomamos a decisão de não fazer

mos pronunciamentos públicos apesar de alguma pressão por parte de alguns círculos da sociedade. Foi uma posição deliberada por nosso lado.

5. Desde essa altura o nosso envolvimento activo nesse processo foi

quase nulo.

6. Temos responsabilidade moral pela comunidade de esclarecer todos esses acontecimentos, pois estamos no processo a convite oficial. Cada um de nós recebeu o convite oficial e por escrito pelas partes, portanto, não aceitamos e nos distanciamos dos pronunciamentos que atentam o nosso bom nome, honra e dignidade nas nossas famílias, instituições públicas e privadas e de toda a sociedade.

Queremos aproveitar essa oportunidade para agradecer o apoio incondicional que nos têm dado em momentos bons e menos bons.

Ao terminar, reiteramos a nossa disponibilidade e prontidão em continuar a contribuir na pacificação e na melhoria do bem-estar da sociedade moçambicana.

Tendo dito isto, eu gostaria de abrir espaço para questões para que os colegas também poderem contribuir e dar opiniões que naturalmente são nossas opiniões. Muito obrigado.

Em seguida os jornalistas fizeram algumas perguntas tendo sido respondidas pelos mediadores:

Pergunta: Quer saber se a equipa de mediadores terá pedido garantias de segurança para

continua na pág 7

as duas partes? E se houve, quais foram?

Resposta: Nós quando fomos contactados pela RENAMO a primeira coisa que solicitamos é que essa operação fosse dirigida pelo Estado, essa foi a condição que colocamos, e a RENAMO concordou. Naturalmente a RENAMO sempre teve espaço para falar com o Governo. Nós não colocamos como indivíduos. E não é pela primeira vez, desde que iniciamos com esse processo nunca colocamos condicionalismos para o nosso envolvimento. Nós tínhamos consciência dos riscos, mas nós tivemos a confiança das partes, porque acreditamos que ao longo de todo processo da mesma forma que trabalhávamos haveríamos de continuar.

Pergunta: O Presidente da República disse que os intermediários não transmitem fielmente a mensagem e a RENAMO também dispensou os mediadores e até agradeceu, qual é o vosso posicionamento ou o que pode ter acontecido para que as duas partes desistissem de vós como mediadores?

Resposta: Obrigado. Vamos colocar como os termos devem ser, somos chamados de observadores/

mediadores e não intermediários, eu penso que o Presidente da República foi bastante claro...ele não falou de mediadores e nem observadores. Nós não nos revemos naquilo. Não sentimos que aquela mensagem era para nós por um lado. Mas por outro, como nós dissemos que recebemos um convite oficial pela RENAMO o encontro que tivemos com a RENAMO foi a pedido dos mediadores e eles manifestaram, foi um pronunciamento e nós não sabemos qual o real alcance que aquilo teve embora tenha sido um pronunciamento público. Então nós fomos convidado de forma oficial e então se uma das partes é signatária de alguns entendimentos com outra parte não sei qual é, e até aqui, por aquilo que sabemos não houve nenhum pronunciamento nesse sentido.

Pergunta: Então quem são os intermediários referidos, se nós sabemos que são vocês que testemunhamos pelas imagens?

Resposta: É importante nós sabermos que é esta interpretação que as redes sociais, mas todo mundo sabe que para além de nós que estão envolvido principalmente no processo de diálogo, há muitas outras pessoas,

grupos, que têm estado a movimentar-se a volta dessa questão da paz. Portanto como o Nyusi não falou de mediadores e nem de observadores, naturalmente nós não nos revemos nessa pele de sermos intermediários, e temos indicações que esses pronunciamentos não eram para nós. Cada um de nós recebeu um convite subscrito pelo Presidente da RENAMO e o Presidente da República na altura Guebuza a convidar-nos pessoalmente para fazer parte deste grupo, portanto nós não somos dispensados pela conferência de imprensa, portanto nós estamos a espera que o líder da RENAMO nos escreva a dizer que não precisa de nós.

Pergunta: Será que tudo que estão a dizer nesta conferência de imprensa tem como resposta a tudo aquilo que a RENAMO disse e não tem nada a ver com o que presidente Nyusi disse?

Resposta: Quem falou abertamente dos mediadores foi a RENAMO (seu porta voz, sr Muchanga) que falou que nós éramos aprendizes e que precisavam de outros mediadores e que nós estamos dispensados. Nós estamos a aguardar calmamente que recebamos por escrito essa dispensa.

REACÇÃO DA RENAMO:

Foi assim que falou António Muchanga dirigindo-se à imprensa na sequência dos pronunciamentos dos mediadores que acabamos de reportar:

Senhores Jornalistas,

Queremos esclarecer ao povo moçambicano que os ex. Mediadores do Diálogo faltaram à verdade porque não esclareceram o que Dom Dinis fez em Gorongosa no local onde encontramos o Presidente Dhlakama.

Ele orou para o atacante do Presidente Dhlakama o Reverendo Chembeze e o Sheik Abibo, ignoraram esse facto que religiosamente é relevante. Omitiram as declarações do Dr. Rosário no jornal Savana onde este encorajava os generais da Renamo a abandonar o líder Afonso Dhlakama.

O Dom Dinis Sengulane não só orou para o atacante matador como também no fim de semana seguinte es-

teve em Xai-Xai na Igreja Anglicana onde se pronunciou publicamente sobre o desarmamento da Renamo, pelo que não constituem verdade as declarações segundo as quais eles andaram no silêncio por dois meses, aliás esta preocupação deles foi ma-



nifestada no encontro de há um mês e meio no hotel Cardoso onde o porta voz foi Dom Dinis e Sheik Abibo, onde

António Muchanga deu os devidos esclarecimentos. Lamentavelmente os nossos clérigos não dizem o que o padre Couto disse no encontro do Hotel Cardoso, pelo que o nosso apelo é: cada pessoa assumir as suas responsabilidades aliás há uma máxima religiosa que nos ensina que os pecadores devem se redimir dos seus pecados, lamentavelmente o Reverendo Chembeze esqueceu desse adágio eclesiástico o mesmo aconteceu com Dom Dinis Sengulane e o Sheik Abibo pelo que não temos mais nada a não apelar ao povo moçambicano a reflectir sobre o objectivo desses nossos concidadãos mas a verdade é uma eles já não são Mediadores do Diálogo entre o Governo e a Renamo e se o problema deles é a carta a mesma pessoa que os endereçou a carta vai o fazer.

Muito Obrigado. Boas Festas

QUADROS E MEMBROS MAIS ENVOLVIDOS NOS PROGRAMAS DO PARTIDO



O Delegado Político da RENAMO na Cidade de Maputo, Arlindo Bila dirigiu uma reunião de quadros a este nível, onde considerou o ano político 2015 como tendo sido de pouca produtividade e exigiu aos seus quadros, mais trabalho e melhores resultados no ano 2016.

Falando na hora do balanço das actividades do ano político que está prestes a terminar, aquele dirigente da cidade capital fez menção às actividades que ele e a sua comitiva fizeram, desde a revitalização das bases convista a imprimir uma melhor dinâmica, trabalhos de mobilização e recrutamento de novos membros que culminou com a entrega de mais de dois mil cartões aos novos membros. Arlindo Bila disse que o ano político 2015 foi pouco produtivo, pois não atingiu as expectativas. Mas, por outro lado agradeceu aos quadros que lhe

apoiaram em todo ano, dentre a comissão política, as ligas da Juventude e Feminina além das delegações distritais representadas pelos respectivos delegados.

Refira-se que Arlindo Bila quer que o ano político de 2016 seja de mais trabalhos e de melhores resultados superando o 2015. E

mais, exigiu que todos quadros e membros estejam cada vez mais envolvidos em todos programas do partido e do seu Líder. E pediu aos membros e simpatizantes da Renamo e aos cidadãos de Maputo um apoio incondicional à Sua Excelência Presidente Afonso Dhlakama.

